



Revista Espaço Livre, Vol. 3, num. 06, Jul./2007-Dez./2008



Capitalismo, Trabalho e Mais-Valor <i>Cleito Pereira dos Santos</i>	03
Os Benefícios do Racismo para o Capitalismo <i>Lisandro Braga</i>	11
A questão da espiritualidade: mito ou realidade? <i>Margarete J. V. C. Hülsendeger</i>	15
Nélson Rodrigues: o cronista épico do futebol brasileiro <i>Maria Célia Barbosa Reis da Silva</i>	20
Propagando Ideologia: Cidadania e ensino de Geografia Weder David de Freitas	24
A voz dos trabalhadores precoces: entrevistas e grupos silenciados <i>Nildo Viana</i>	30
O real horroroso da América <i>Caroline Machado dos Santos</i>	35

Expediente:

Revista Espaço Livre. Vol. 3, num. 06, Jul./2007-Dez./2008.

A Revista Espaço Livre é uma publicação do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de idéias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da idéia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolivre@sementeira.net

Conselho Editorial:	Conselho Consultivo:	
Edmilson Marques	André Melo	Juversino de Jesus Júnior
Lucas Maia dos Santos	Cleinaldo Pereira dos Santos	Leonardo Venicius Proto Parreira
Nildo Viana	Cleito Pereira	Lisandro Braga
	Edmilson Borges	Lucas Maia Santos
	Edmilson Marques	Maria Angélica Peixoto
	Erisvaldo Souza	Nildo Viana
	Fernando Lima Neves	Ovil Bueno Fernandes
	Flávio Pereira Diniz	Veralúcia Pinheiro
	Jean Isídio	Uelinton Rodrigues
	João Alberto da Costa Pinto	Weder David de Freitas

CAPITALISMO, TRABALHO E MAIS-VALOR

Cleito Pereira dos Santos

Introdução

Neste texto pretendemos, de forma breve, apresentar a concepção marxista acerca da atividade humana, o trabalho, e sua relação com a organização da sociedade vista como produto das relações sociais. De início, articulamos a concepção marxiana da história dando ênfase nos momentos particulares e singulares da produção sócio-material e, posteriormente, apresentamos os aspectos fundamentais da produção especificamente capitalista a partir de conceitos como mais-valia, capital constante, capital variável, dentre outros.

Em síntese, a leitura de Marx acerca do capitalismo aponta as questões relevantes para o entendimento da constituição e expansão deste modo de produção. O processo de produção como a unidade entre processo de trabalho e processo de valorização. A mercadoria como unidade do valor de uso e do valor de troca. Enfim, procuramos demonstrar como ocorre a produção de mais-valia enquanto momento particular e predominante da produção capitalista.

O Trabalho Como Categoria Central na Concepção Marxista

Para Marx, as diversas formações sociais se distinguem pela maneira como está organizada, no seu interior, a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, a produção material. O modo como os seres humanos organizam a produção dos seus meios de vida diferem tanto nas sociedades antigas, como no feudalismo e no capitalismo. Marx parte da vida material, produção, como forma de entender as demais relações sociais, ou seja, a maneira como os indivíduos organizam, historicamente, a produção material dos seus meios de existência refletem sua forma correspondente de pensar, do ser, enfim, dá a configuração da organização social.

O trabalho, em Marx, assume uma centralidade enquanto atividade especificamente humana voltada para a satisfação de necessidades materiais e meio de realização da humanização do ser, que sob as relações sociais de produção capitalista encontra-se alienado, e, portanto, elemento de socialização do indivíduo.

Os indivíduos sempre partem das condições materiais existentes, anteriores, para criar novas maneiras, formas, de produção. A história é o desenrolar de processos sociais de produção. De acordo com Marx (1986: 27), “(...) o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir.”

O cerne do pensamento de Marx está localizado na compreensão da produção material como local onde os indivíduos estabelecem contatos sociais e que refletem na forma de organizar sua vida em sociedade. Portanto, como lugar privilegiado da configuração de relações sociais específicas e transitórias de cada modo de produção. Nesse sentido, os indivíduos são um produto da vida sócio-material, entendida como o conjunto das relações de produção de uma dada formação social, e:

(...) o que eles são coincide, portanto com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (Marx, 1986: 27-

8).

Dentro desta perspectiva,

...os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (Marx, 1986: 37).

Dessa maneira, os indivíduos fazem a história não a partir de idealizações do mundo, mas, e precisamente, a partir de condições reais, concretas, da sua vida social. O ponto de partida em Marx, é a produção sócio-material.

A satisfação de necessidades conduz a novas necessidades e, o trabalho é a forma de criar meios para essa satisfação. A divisão do trabalho expressa a separação entre quem produz e quem se apropria do excedente, do produto. Cada formação social organiza sua produção material de acordo com condições históricas específicas; assim, temos que os diversos modos de produção diferem entre si pela maneira como os meios de trabalho e de produção estão organizados.

Marx entende que a formação social resulta das ações concretas e da experiência histórica que as diversas gerações transmitem a partir das lutas sociais e das contradições do mundo real. Em outras palavras, aparece uma organização social da produção, específica, histórica e transitória, com sua respectiva superestrutura jurídica, política e ideológica. Nesse sentido, compreende que:

(...) a história não termina dissolvendo-se na 'autoconsciência' (...), mas que em cada uma de suas fases encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial. Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias. (Marx, 1986: 56).

Tendo clareza da dialética do processo real da história, Marx parte para o estudo específico do capitalismo, utilizando sua própria expressão, "(...) a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política". (Marx, 1983: 29). Daí seu interesse em estudar os principais representantes da Economia Clássica Inglesa, Adam Smith e David Ricardo, que vão fornecer conceitos como valor-trabalho, renda da terra, trabalho produtivo, etc., reelaborados por Marx e que são fundamentais para a análise marxiana da economia capitalista.

Isto posto, vale ressaltar que a obra de Marx, no seu conjunto, é marcada pela continuidade de seu pensamento. O estudo da economia política levou-o a construir uma forma de pensar acerca da sociedade capitalista onde a exploração, a contradição, o capital, a luta de classes estavam presentes e constituem-se em conceitos primordiais de sua análise.

Desse modo, os estudos econômicos consolidados através da Contribuição à crítica da economia política (1859) e de O capital (1867) procuram compreender a estrutura fundante da economia burguesa. Em O capital, é apresentada uma análise extensa da produção capitalista. Marx centra seu esforço na explicação do processo de produção do capital. Assim, ele inicia O Capital situando a riqueza burguesa como uma imensa acumulação de mercadorias. O trabalho assalariado como a forma capitalista de produzir riqueza. Trata-se, pois, de explicar a formação social capitalista do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho, das relações

sociais e das contradições inerentes ao processo de produção capitalista.

A produção de mercadorias implica na existência dos ciclos, dinheiro-mercadoria-dinheiro e mercadoria-dinheiro-mercadoria. A produção de valores de uso existe enquanto essência da realização do trabalho, do consumo produtivo, e também como produção de valores de troca. Esses são dois fatores da mercadoria.

Ela só existe na forma de possuir uma utilidade, valor de uso, e uma quantidade social de trabalho centralizada no valor de troca. Valor de uso e valor de troca forma a unidade mercadoria.

As relações capitalistas exercem efeitos consideráveis e importantes para a estruturação dos próprios sujeitos, tendo como pano de fundo o mesmo leque de possibilidades aberto por determinadas condições, históricas e específicas. Lembremos da discussão levada a cabo no 18 Brumário. Ali a práxis humana está sendo construída e reconstruída, paulatinamente, no calor dos acontecimentos.

Os indivíduos estão em disputa enquanto sujeitos que através de uma relação social coisificada que impõe-lhes o limite da existência do seu ser, entram em conflito procurando resolver as contradições sociais e políticas. Ou seja, a luta de classes como mecanismo de alteração da ordem social e de estruturação de uma nova realidade; identificação desse processo como mudança social da estrutura do modo de produção.

Em Marx, a transformação social acontece de acordo com a dinâmica de cada sociedade. Por outro lado, as relações de produção dessa sociedade determinam o caráter da mudança social. As relações sociais são conflituosas e o antagonismo entre classes acirra as contendas no interior da sociedade. A mudança social está relacionada com o grau de desenvolvimento das formas produtivas, com a luta de classes e com a superestrutura correspondente.

Dentro desse quadro analítico, Marx explica o surgimento do capitalismo e seu posterior desenvolvimento. O capitalismo só aparece como modo de produção quando as forças produtivas entram em contradição com as relações sociais de produção existentes anteriormente.

A formação social capitalista surge como resultado do desenvolvimento histórico da produção social e material. A produção material como produção de mercadorias, o trabalho assalariado como específico da organização capitalista do trabalho e da produção.

A Produção Capitalista Como Produção de Mais-Valor

A mercadoria aparece como a unidade essencial do processo de produção capitalista. Ela contém valor de uso, dado pela sua utilidade, e valor de troca, determinado pelo tempo socialmente necessário à sua produção.

O processo de trabalho é a personificação de criação de mais valor. O capitalista para realizar o ciclo dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D') necessita incorporar ao processo meios de produção e força de trabalho. A compra dessas duas mercadorias possibilita ao capitalista colocar em movimento o processo de produção para extrair dele mais do que foi investido inicialmente.

Segundo Marx, o segredo do processo está no fato do capitalista se apropriar de trabalho vivo colocando-o para produzir mais-valor. À medida que o operário vende sua força de trabalho, ele recebe os meios necessários a sua subsistência, ou seja, o salário expressa o quantum monetário necessário para que o trabalhador reproduza a si mesmo

e aos outros membros da família enquanto trabalhador assalariado formalmente livre.

O processo D-M-D', o capital só aparece como tal a medida que valoriza a si mesmo. Em outras palavras, quando o capitalista consome seu dinheiro com o objetivo de aumentá-lo, temos o capital operando como elemento de sua própria reprodução.

O processo de trabalho e o processo de valorização aparecem como a unidade do processo de produção de mais-valia. Quando o capitalista compra força de trabalho e meios de produção isto já implica o processo de valorização do capital. Comprar para vender e vender para comprar e valorizar o capital investido.

A mercadoria que resulta do processo de produção possui valor de uso e valor de troca. Ela incorporou trabalho vivo ao trabalho já objetivado. Os meios de produção utilizados na produção da mercadoria contêm trabalho pretérito, outras formas, outras qualidades de trabalhos realizados por outros operários. Trabalhos concretos que possuem uma utilidade, valores de uso sem os quais o capitalista não coloca em movimento o processo de produção.

No entanto, meios de produção por si só não valoriza o capital, não produzem novas mercadorias, sem as quais o capitalista não terá lucro. Faz-se necessário comprar força de trabalho que colocará em movimento no processo produtivo os meios de produção. Trabalho vivo que movimenta o trabalho morto, pretérito, passado. Aqui, de acordo com Marx, está o segredo da produção capitalista. Assim, o

(...) dinheiro tem que valorizar-se. O valor deve servir para gerar mais valor de troca. As grandezas do valor têm que crescer, quer dizer, o valor existente não deve apenas conservar-se: deve também gerar um incremento...(Marx, 1985: pp).

Desse modo, o processo de produção, assim como a mercadoria, possui uma unidade:

...o processo de produção que é processo de produção de mercadorias é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização. Do mesmo modo que as mercadorias, isto é, as unidades imediatas do valor de uso e do valor de troca, saem do processo como resultado, como produto, assim também ingressam nele na qualidade de elementos constitutivos. De um processo produtivo não pode sair nunca nada que nele não tenha entrado sob a forma de condições de produção. (Marx, 1985: pp).

A partir do momento que o capitalista compra força de trabalho e meios de produção, ele transforma dinheiro em capital. Assim, compra mercadorias e vende mercadorias. Compra para vender, vende para comprar. Transforma trabalho vivo em trabalho pretérito. Enfim, criar mais-valor, produzindo mercadorias.

O ciclo do capital, D-M-D', se repete indefinidamente naquilo que Marx designou como reprodução ampliada do capital. Em suma, o capitalista não encerra o processo de produção de mais-valor tão logo tem em suas mãos mercadorias produzidas por trabalhadores assalariados. Como algo inerente ao capital, este precisa produzir mais, reiniciar o processo de produção, para ampliar o capital em escala cada vez maior. Isto é possível à medida que retorna à produção e investe mais capital. A produção crescente de excedente, mais-valia, o modo capitalista de produção.

O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. O que determina a grandeza do valor da mercadoria é,

...apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. (Marx, 1988: 48).

No processo de trabalho capitalista, o trabalhador trabalha sob controle do capitalista. O trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, mas depois que o faz fica sob a vigilância estrita do capitalista. Ao mesmo tempo o produto, a mercadoria, é propriedade do capitalista. A produção de valor torna-se o centro do processo de produção de riqueza capitalista. O ciclo D-D' torna-se a razão da existência do capital e, conseqüentemente:

o valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo. D-D'. Dinheiro que gera dinheiro... (Marx, 1988: 127).

No entanto, a riqueza produzida só aparece como tal a medida que a força de trabalho colocada no processo de produção é explorada, apropriando o capitalista de trabalho não pago. A extração de mais-valia, na forma clássica, ocorre de duas maneiras: ou o capitalista prolonga a jornada de trabalho, extraíndo daí a mais-valia absoluta, ou melhora as forças produtivas através da incorporação de tecnologia e da ciência, extraíndo daí a mais-valia relativa.

A tendência do modo de produção capitalista é fazer crescer o capital constante e reduzir o capital variável. Em outros termos, a parte do capital investida em trabalho pretérito, morto, cresce em detrimento da massa de força de trabalho utilizada para produzir mercadorias. O capitalista investe nas forças produtivas em busca do aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, no aumento da massa de lucro para fazer frente aos outros capitalistas que estão no mercado concorrendo entre si.

Assim, para Marx, a composição orgânica do capital, expressa pela relação entre capital constante e capital variável, cresce permanentemente devido a necessidade do capital em se reproduzir em escala crescente e, portanto, devido a necessidade de aumentar a massa de lucro.

O capital variável, convertido em força de trabalho, é o responsável por acrescentar valor à mercadoria. A relação capital constante e capital variável expressa a relação entre trabalho pretérito, morto, e trabalho vivo. O capital só expande à medida que utiliza de forma crescente o trabalho já objetivado, trabalho já incorporado em mercadorias que serão consumidas no processo de produção, e ao mesmo tempo só expande tendo em vista o consumo de trabalho vivo, representado pelo consumo, em cada processo de produção, da força de trabalho.

A subordinação real do trabalho ao capital aparece aqui na sua forma essencial. De acordo com Marx,

a subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta. Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário. (Marx, 1985: 104-5)

No modo de produção tipicamente capitalista, a extração de mais-valia relativa passa a ser o fio condutor do processo de produção. Para fazer frente à concorrência os capitalistas operam verdadeiras revoluções no processo de extração de mais-valor. O desenvolvimento tecnológico, a ciência, a técnica, são instrumentos fundamentais para a revolução na produtividade. Daí Marx chamar a atenção para a composição técnica do capital.

Desse modo,

o resultado material da produção capitalista- para além do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho- é o aumento da massa da produção e a multiplicação e diversificação das esferas produtivas e das suas

ramificações; só depois disto se desenvolve correspondentemente o valor de troca dos produtos: a esfera onde operam ou se realizam com valor de troca. (Marx, 1985: 107).

O produtor direto aparece apenas como meio de produção que gera mais-valor no processo de produção. Aparece, pois, como uma mercadoria que durante o consumo, produtivo, deve produzir algo superior a seu valor inicial. O desenvolvimento das forças produtivas possibilita ao capitalista concorrer e, conseqüentemente, aumentar a produtividade do trabalho reduzindo o tempo de trabalho gasto na produção das mercadorias.

Desse ponto de vista, a produção capitalista:

(...) é uma produção que não está ligada a limitações predeterminadas das necessidades, (o seu caráter antagônico implica a criação de barreiras à produção que ela sem cessar procura superar. Daqui as crises, a superprodução etc.). Este é um dos aspectos que distinguem esta produção do modo de produção precedente; é, se se quiser (...), o aspecto positivo; teremos por outro lado, o aspecto negativo, antitético: produção que se contrapõem aos produtores, para a qual os produtores não contam. O produtor real como simples meio de produção; a riqueza material em contradição com o (e a expensas do) indivíduo humano. Produtividade do trabalho, em suma = máximo de produtos com mínimo de trabalho; daqui o maior embaratecimento possível das mercadorias. Independentemente da vontade deste ou daquele capitalista, isto converte-se na lei do modo de produção capitalista. E esta lei só se realiza implicando outra, a saber: a de que não são as necessidades existentes que determinam o nível da produção mas de que é a escala de produção- sempre crescente e imposta, por sua vez pelo próprio modo de produção-que determina a massa do produto. O seu objetivo (é) que cada produto etc., contenha o *máximo de possível de trabalho não pago*, e isso só se alcança mediante a *produção para a própria produção*. (Marx, 1985: 107-8 (grifos do autor)

Isto não implica na existência de uma única forma de extração de mais-valia, a mais- valia relativa. Na produção capitalista subsiste outra forma de extração de mais-valor, a mais-valia absoluta. Evidente que, a partir do desenvolvimento das forças produtivas predomina a forma relativa de extração do valor. Por isso Marx faz a distinção entre subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital. Na primeira forma, subsunção formal, predomina a extração da mais-valia absoluta. Na segunda forma, a extração da mais-valia relativa.

Com isso Marx procura demonstrar, tão somente, o aspecto revolucionário da produção capitalista; ou seja, o processo de produção só produz mercadorias á medida que é capaz de reduzir significativamente o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias. Assim, os capitalistas que conseguem inovar no processo produtivo impõem uma vantagem aos concorrentes e faz com que sua massa de lucro cresça, conseguindo assim lucros extras.

Portanto,

... as duas formas da mais-valia, a absoluta e a relativa- se se quiser considerar cada uma per si, como existências separadas (e a mais-valia absoluta precede sempre a relativa) – correspondem a duas formas separadas da subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção. (Marx, 1985: 93).

O trabalho vivo, que incorpora mais-valor, deve preservar o valor do capital variável, representado na forma de salários, e adicionar mais-valor, representada pelo

trabalho excedente. Os meios de produção empregam o trabalhador à medida que o transforma em simples mecanismo da produção de mercadorias e:

(...) não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho material como seu órgão objetivo; é o trabalho material que se conserva e se acrescenta pela sucção do trabalho vivo, graças ao qual se converte num valor que se valoriza, em capital, e funciona como tal. Os meios de produção aparecem já unicamente como sorvedouros do maior quantum possível de trabalho vivo. Este apresenta-se tão-só como meio de valorização de valores existentes e, por conseguinte, da sua capitalização. E, prescindindo do já assinalado, é precisamente por isso que os meios de produção aparecem de novo e eminentemente perante o trabalho vivo como existência do capital, e agora precisamente como dominação do trabalho passado e morto sobre o trabalho vivo. É justamente como criador de valor que o trabalho vivo se incorpora de maneira constante no processo de valorização do trabalho objetivado. (Marx, 1985:54).

O operário aparece como vendedor de mercadoria, força de trabalho, que deve submeter-se ao controle do capitalista enquanto trabalhador assalariado que dispõe o trabalho vivo subordinado ao trabalho morto para produzir mercadorias e, portanto, a relação capitalista-operário aparece como dominação do dono do produto sobre o produtor.

Trata-se, pois, de uma relação de alienação. A autovalorização do capital como objetivo supremo do capitalista, que procura extrair sempre um valor superior ao que foi investido na produção e que só pode realizá-lo empregando a força de trabalho e aumentando a produtividade do trabalho através da crescente utilização de capital constante, de trabalho pretérito, que, à medida que reduz o capital variável, intensifica a extração de mais-valia relativa.

Considerações Finais

A análise marxista mostra-se atual. O capitalismo contemporâneo fundamenta-se na extração de mais-valor e na apropriação do excedente por parte dos capitalistas, soberanos na economia e vida social. As relações capitalistas de trabalho e de produção estão marcadas pelo signo da exploração, da dominação. O reino da mercadoria segue, ainda, a sua trajetória de transformar os mais diversos domínios e/ou esferas da vida social em suportes das relações, predominantemente, mercantis.

O significado da interpretação de Marx está no fato de ter desnudado as formas e o caráter assumidos pela formação social capitalista. A produção de mercadoria permanece como fim último. A ciência e a tecnologia, aliadas da mercantilização das relações sociais, são elementos da intensificação do trabalho, portanto, da extração de mais-valor. Em síntese, a atualidade da teoria marxiana pode ser demonstrada tendo em vista a permanência da exploração do trabalho e das relações sociais do capitalismo atual.

Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. **A Lei do Valor e o Materialismo Histórico**. Lisboa: Edições 70, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 3ª. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1 e 2.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

_____. **A Ideologia Alemã**. 5ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FREEDMAN, Robert. **Escritos Econômicos de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
PAULA, João Antônio de. **Determinismo e Indeterminismo em Marx**. In.: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: 48, (2), FGV, abr/jun. 1994. pp.189-202.
SWEEZY, Paul. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. 4ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

Cleito Pereira dos Santos

Economista e Sociólogo.

Mestre em Sociologia/UFMG.

Doutorando em Sociologia Política/UFSC

OS BENEFÍCIOS DO RACISMO PARA O CAPITAL

Lisandro Braga

Apesar da crença consolidada de vivermos em uma democracia racial, na qual a miscigenação tem servido de argumento para afirmar o quanto é harmoniosa a relação entre brancos e negros, as estatísticas de bem estar social têm nos mostrado o quanto é imensa a distância que separa a minoria privilegiada da população branca da maioria da população negra pobre em relação à participação nos diversos setores e instituições sociais – alimentação, saúde, educação, moradia, segurança, lazer. A falta de conhecimento sobre os verdadeiros motivos que explicam essa distância tem contribuído para a produção, reprodução e manutenção do preconceito racial, tanto do branco contra o negro, quanto do negro contra seu próprio grupo de pertença racial.

O argumento – racista - mais utilizado para explicar os problemas e as dificuldades enfrentadas pelos negros é o que encara a cor da pele e as características fenotípicas como diferenciador de raças vistas como superiores e/ou inferiores. Dessa forma, segundo Souza,

“a questão racial está, portanto, manipulada de forma a conservar os segmentos e grupos dominados dentro de uma estrutura já estabelecida e assim se confunde o plano miscigenatório, biológico, com o social e econômico. As oportunidades de trabalho e ascensão social não são idênticas para negros e brancos, mas joga-se sobre o negro a culpa de sua inferioridade social, econômica e cultural” (apud FERREIRA, 1991, p. 38).

Argumentos desse tipo têm favorecido a introjeção, por parte do negro, de um julgamento de inferioridade que o faz acreditar que sua situação social se deve ao fato de pertencer a determinado grupo racial e não às condições opressivas e desiguais que marcaram a história secular de milhares de homens e mulheres nesse país.

Vivemos em uma sociedade racial e culturalmente desigual, onde os valores determinados por uma cultura burguesa de matrizes branco-européia são encarados como superiores, em detrimento da desvalorização de outras matrizes culturais, como a do negro, pois, no Brasil, as características raciais estão intensamente associadas a condições sociais deploráveis. Este fato vem se desenvolvendo historicamente desde os tempos da escravidão, foi mantido após a abolição e ainda está presente.

Mas como tal realidade foi construída? De onde vem esse racismo que mantém quase metade da população nacional em precárias condições de sobrevivência? O racismo é fruto do capitalismo comercial europeu do século XVI, que ao necessitar de extensa mão-de-obra para as lavouras produtoras de matérias-primas e gêneros tropicais da América, elaborou teorias que “justificaram” a escravidão, excluindo da raça humana os negros, que passaram a ser considerados “desalmados”, portanto, passivos de se tornarem escravos. Percebe-se que, o racismo é fruto da necessidade da burguesia comercial européia de acumular capital. Apesar de essa explicação ser, até certo ponto, convincente, por si só a escravidão e toda herança colonial gerada pela mesma não são suficientes para explicar as desigualdades raciais contemporâneas.

Outro argumento que, embora seja comum, demonstra-se como sendo um equívoco interpretativo, é o que afirma a existência da ideologia racista - que tende a afirmar a existência de raças superiores e raças inferiores e que, portanto justificaria escravização das últimas sobre as primeiras - como algo anterior à escravidão moderna ocorrida nas Américas. A base explicativa de tal argumento seria a existência de tal ideologia já nas sociedades escravistas da Antiguidade Clássica, porém, nem mesmo em tais sociedades tal afirmação era aceita plenamente, inclusive a própria concepção aristotélica de escravidão natural não era aceita sem contestações. Na Antiguidade Clássica a escravidão era justificada pela sua utilidade e não por critérios raciais. O escravo geralmente era prisioneiro

de guerra ou escravo por dívidas e isso independia da sua pertença racial, visto que vários escravos pertenciam à mesma raça dos seus escravizadores. Não havia na Antiguidade Clássica uma necessidade de justificar a escravidão a partir da ideologia racial, e isso se explica pela natureza das relações sociais desse período que eram marcadas por uma rígida divisão hierárquica e na divisão de grupos legalmente desiguais – cidadãos e escravos -, nas quais o escravo estava submetido à força física do seu proprietário que dispunha até mesmo do direito de matá-lo. Portanto, percebe-se que “em sociedades tão hierárquicas a escravidão era apenas um dentre o espectro de vários status desiguais, não requerendo explicação especial”.¹

De acordo com Wood,

“uma comparação com os outros únicos exemplos históricos de escravidão na mesma escala irá ilustrar o fato de nada haver de automático na associação de escravidão com racismo tão violento, e pode mesmo sugerir que há algo específico ao capitalismo nesse efeito ideológico. Na Grécia e na Roma antigas, apesar da aceitação quase universal da escravidão, a idéia de que ela se justificava pelas desigualdades naturais entre seres humanos não era um valor dominante. A única exceção importante, a concepção aristotélica de escravidão natural, nunca foi aceita. A opinião mais comum parecia ser a de que a escravidão era uma convenção, ainda que universal, que se justificava simplesmente com base na sua utilidade. De fato, aceitava-se até mesmo que instituição tão útil seria contrária à natureza. Essa visão aparece não somente na filosofia grega, mas eram também aceita no direito romano, no qual havia um conflito reconhecido entre o *ius gentium*, o direito convencional das nações, e o *ius naturale*, o direito da natureza” (2003, p. 230).

E porque então o capitalismo necessitou justificar a escravidão no novo mundo? Que interesses existiam por de trás de tais justificativas? O período no qual o capitalismo veio se consolidando como modo de produção dominante – século XVII e XVIII -, foi marcado por uma série de revoluções burguesas contra a estrutura que ficou conhecida como Antigo Regime. Tal estrutura era marcada por uma rígida divisão estamental na qual a burguesia, apesar de ser uma classe rica, estava excluída de toda participação política e social. Para romper com essa situação, a burguesia, juntamente com seus ideólogos, elaboraram uma série de filosofias denominadas iluministas, nas quais defendiam o uso da razão, da ciência, da dúvida metódica e do método experimental, como caminhos para se atingir o progresso da humanidade. Camuflado pelas idéias humanitárias de liberdade, igualdade, fraternidade, cidadania, direitos do homem etc. é que a burguesia promoveu uma série de revoluções para adquirir participação política e implementar a teoria liberal de livre mercado, livre concorrência, leis econômicas da oferta e da procura etc. Essas concepções de liberdade e igualdade – burguesa – se resumiam em afirmar a existência de indivíduos formalmente livres e iguais, e portanto, “dispostos” – nesse caso os trabalhadores - a venderem sua força de trabalho aos capitalistas. Porém, nesse mesmo período tal burguesia se enriquecia e acumulava capital com mão-de-obra escrava africana em duplo sentido, através do tráfico negreiro e através da exploração do trabalho escravo nas lavouras de gêneros tropicais e matérias-primas da América.

Com o intuito de superar tal contradição – exigência de igualdade e liberdade de um lado; e escravidão do outro – é que os ideólogos burgueses elaboraram teorias que “justificaram” a escravidão, afirmando não serem os africanos seres humanos, ou que os mesmos pertenciam às raças ditas inferiores. O racismo “formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante”². Pois,

“enquanto cresciam a opressão colonial e a escravidão nos postos avançados do capitalismo, cada vez mais a força de trabalho de metrópole se proletarizava; e a

¹ Callinicos, Alex. Capitalismo e Racismo. Site Luta Global, <http://socialista.tripod.com>

² Callinicos, Alex. Capitalismo e Racismo. Site Luta Global, <http://socialista.tripod.com>

expansão do trabalho assalariado, a relação contratual entre indivíduos formalmente iguais e livres, trouxe consigo a ideologia da igualdade e da liberdade formais. Na verdade, essa ideologia, que nos planos jurídico e político nega a desigualdade fundamental e a falta de liberdade da relação econômica capitalista, sempre foi elemento vital da hegemonia do capitalismo (...) Foi precisamente a pressão estrutural contra a diferença extra-econômica que tornou necessário justificar a escravidão excluindo da raça humana os escravos, tornando-os não-pessoas alheias ao universo normal da liberdade e da igualdade. Talvez porque o capitalismo não reconheça diferenças extra-econômicas entre seres humanos, tenha sido necessário fazer as pessoas menos que humanas para tornar aceitáveis a escravidão e o colonialismo que eram tão úteis ao capital naquele momento histórico” (Wood, 2003, p. 230-231)

Outro fator histórico importante, para compreender o racismo no Brasil, é a forma como ocorreu a Abolição da escravidão. A respeito desse fato, as palavras de José Murilo de Carvalho são esclarecedoras: “A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogância de poucos corresponde o desfavorecimento e a humilhação de muitos” (2002, p.53).

A abolição da escravidão no Brasil foi realizada segundo os interesses da elite dominante que passava a ver no trabalho escravo um grande obstáculo à modernização e ao desenvolvimento do capitalismo. A incompatibilidade do regime escravocrata ao desenvolvimento capitalista é que levou à abolição, e dessa forma, seria mais correto afirmar que a elite econômica do país é que se livrou dos escravos e não o contrário, pois, depois da abolição os negros foram abandonados à sua própria sorte, sem que a sociedade lhe assegurasse mínimas condições de sobrevivência. A abolição veio ampliar a já imensa maioria da população marginalizada e socialmente oprimida, uma vez que

“aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos” (Carvalho, 2002, p. 52).

Mas como explicar a existência do racismo na atualidade? O capitalismo contemporâneo baseia-se na competição social em busca de privilégios, status, poder e ascensão social que acaba por jogar os trabalhadores uns contra os outros, dividindo-os e enfraquecendo-os. Além disso, é de extrema importância para o funcionamento do capitalismo e de sua extração de mais-valor a existência de níveis salariais diferenciados que acabam por serem fornecidos pela ideologia racista, que dessa forma procura justificar os baixos salários dos trabalhadores negros em relação aos trabalhadores brancos e, conseqüentemente, criar conflitos entre os trabalhadores, dividindo-os. É, portanto, nesse sentido que o racismo fortalece o capitalismo, ou seja, dividindo a classe explorada para melhor dominá-la. Dessa forma, portanto,

“os trabalhadores são obrigados, devido a existência do exército industrial de reserva, a competir pelo emprego. Isto cria conflitos internos na classe trabalhadora e a preferência dos empregadores pelo trabalhador branco provoca conflitos raciais que ofuscam a verdadeira causa do desemprego e dos baixos salários – o que é a dinâmica do modo de produção capitalista – e amortecem a luta de classes” (Viana, 1994, p. 12)

Não só os trabalhadores negros tendem a perder com o racismo, mas também os trabalhadores brancos, pois a idéia de que os trabalhadores brancos se beneficiam do

racismo, não passa de uma ideologia da classe dominante para ocultar o verdadeiro interesse que as mesmas possuem na manutenção do racismo, que tem como único objetivo manter as classes exploradas - formadas tanto por trabalhadores brancos quanto por trabalhadores negros - desunidas na luta contra a opressão. Segundo Callinicos,

“O racismo ajuda a manter o capitalismo funcionando, e assim perpetua a exploração dos trabalhadores, brancos e negros. Os trabalhadores brancos aceitam idéias racistas não porque lhe tragam benefícios, mas por causa do modo pelo qual a competição no mercado de trabalho entre grupos diferentes de trabalhadores é reforçada pelos esforços conscientes e inconscientes dos capitalistas, engendrando divisões raciais em larga escala. No máximo, o que trabalhadores brancos recebem é o consolo imaginário de serem membros da raça superior, o que contribui para que não percebam quais são os seus interesses reais”.³

Sendo assim, o racismo só pode ser abolido através de uma revolução social na qual tanto negros quanto brancos estejam unidos na luta contra seu explorador comum e numa frente de batalha mais ampla entre oprimidos e opressores que caracteriza a história da sociedade humana e da superação de toda desigualdade que se baseia na realidade material gerada pelo capitalismo. Dessa forma, o racismo só pode ser superado com a superação do próprio capitalismo.

Porém, torna-se necessário explicitar a origem do racismo e sua lógica no capitalismo contemporâneo – divisão da classe trabalhadora, níveis salariais diferenciados e conforto psicológico aos trabalhadores brancos – para que os trabalhadores superem suas divisões raciais e, assim, fortaleça a luta contra o capitalismo, seu verdadeiro inimigo.

Referências Bibliográficas:

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e Racismo**. Site Luta Global – <http://socialista.tripod.com>

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil – O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, R. Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

VIANA, Nildo. **Capitalismo e Racismo**. *Revista Ruptura*. Ano 2, No 03, Dez. 1994.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo – A Renovação do Materialismo Histórico**. São Paulo: BoiTempo, 2003

Lisandro Braga

Historiador e Cientista Político

³ Callinicos, Alex. **Capitalismo e Racismo**. Site Luta Global, <http://socialista.tripod.com>

A questão da espiritualidade: mito ou realidade?

Margarete J. V. C. Hülsendeger

“O ponto de vista de que todos os aspectos da realidade podem ser reduzidos à matéria e suas várias partículas é, na minha mente, uma postura metafísica tanto quanto o ponto de vista de que uma inteligência em organização criou e controla a realidade.”

DALAI LAMA (2006, p. 18)

É difícil falar em espiritualidade sem que as pessoas a confundam com religião. Para muitos, a questão espiritual está irremediavelmente ligada a se seguir, ou não, algum culto religioso.

Segundo Japiassú e Marcondes religião é

[...] um conjunto cultural suscetível de articular todo um sistema de crenças em Deus ou num sobrenatural e um código de gestos, de práticas e de celebrações rituais; admite uma dissociação entre a ‘ordem natural’ e a ‘ordem sacral’ ou sobrenatural. Toda a religião acredita possuir a verdade sobre as questões fundamentais do homem, mas apoiando-se sempre numa fé ou crença (1996, p. 234).

No entanto, se formos buscar uma definição para o conceito de espiritualidade teremos dificuldades de encontrá-la, e se a encontrarmos ela não será uma definição fechada ou conclusiva. Na verdade, é mais comum nos depararmos com as definições de espírito e de alma. Para Japiassú e Marcondes, por exemplo, a alma é: “[...] um dos princípios do composto humano: princípio da sensibilidade e do pensamento, fazendo do corpo vivo algo distinto da matéria inerte ou de uma máquina” (1996, p. 7).

Portanto, esse tema nos permite colocar para o debate uma primeira questão: será que existe realmente necessidade de se estar vinculado a alguma religião para se vivenciar a espiritualidade?

Como em todas as questões polêmicas, encontraremos defensores para os dois posicionamentos. Haverá aqueles que argumentarão que os códigos estabelecidos pelas diferentes religiões são os norteadores das condutas éticas e morais da humanidade e que sem eles, a essa altura, a sociedade já teria caído no caos e na total desordem social. Do mesmo modo, existirão aqueles que defenderão que o homem é eminentemente um ser espiritual, independentemente de qualquer código, norma ou regra estabelecida por outros homens igualmente falíveis e, portanto, sujeitos a erros e equívocos.

Contudo, o objetivo desse texto não é questionar a importância dos códigos e condutas estabelecidos pelas diferentes religiões ao longo dos séculos. Sabe-se, no entanto, que em nome de Deus muitos atos insanos e cruéis foram e estão sendo cometidos pelos homens, e isso nada tem a ver com as questões mais profundas do espírito. É difícil deixar de pensar e, conseqüentemente, de citar episódios antigos e recentes da história da humanidade na qual a questão religiosa esteve presente e cujo resultado foi apenas muito sofrimento e morte: as cruzadas, a inquisição, a guerra da Bósnia, etc.

Assim, o propósito não é se fazer uma caça às bruxas procurando culpados e inocentes, mas debater de que forma o homem pode cultivar dentro de si valores que transcendam qualquer tipo de verdade absoluta estabelecida por quaisquer grupos

sociais ou religiosos. A busca por esses valores é que poderá nos ajudar a construir um caminho no qual reconheceremos, em cada indivíduo, uma possibilidade a ser explorada e não um inimigo a ser exterminado, simplesmente porque discorda de nossos posicionamentos.

O primeiro passo talvez seja o de se aceitar que o ser humano é muito mais do que um simples agrupamento de átomos e moléculas. Ou seja, que além do corpo físico existe algo mais que necessita ser melhor compreendido e trabalhado. Para Goswami,

“Enquanto o corpo físico, vivo, representa possibilidades que sempre precisam se manifestar como uma estrutura localizada, com início finito e término finito, a alma representa possibilidades, potencialidades, sem uma estrutura localizada na manifestação” (2005, p. 29).

Entretanto, essa aceitação não pode ser cega ou baseada apenas na opinião de terceiros; ela deve ser fundamentada, apreendida e construída de forma a não se correr o risco de nos tornarmos senhores de verdades inquestionáveis.

E justamente por causa dessa necessidade de fundamentação é que muitos homens e mulheres têm debatido a influência da espiritualidade sobre os mais diferentes aspectos da vida humana. É claro que muitas das questões até agora levantadas não têm sido respondidas de forma satisfatória, pois a questão da prova sempre tem sido o problema maior a ser enfrentado por aqueles que defendem a existência de um homem espiritual e transcendental. No entanto,

“Para conseguir fazer a ruptura, para vencer a inércia mental, é necessária uma nova maneira de pensar. Com uma nova maneira de pensar, aparecerão novas maneiras de avaliar o que se pensa. E com novas ferramentas de avaliação, emergirão novas maneiras de sentir” (WOLF, 2003, p. 26).

Vamos, então, supor que foi provado ser o homem mais do que simples matéria, sendo constituído de uma alma imortal. Vamos, também, supor que essa alma pudesse renascer inúmeras vezes, a fim de aprender e se desenvolver com esses renascimentos. Seria muito absurdo defender tais idéias? O que isso significaria? Mas, fundamentalmente, será que essas idéias poderiam ajudar o homem a compreender-se e a compreender o outro?

Existe, atualmente, uma questão muito similar a essa e que está sendo amplamente estudada e analisada por diferentes especialistas: é possível compreender a mente humana na sua totalidade?

A questão torna-se ainda mais complexa quando se pretende estudar alguns dos aspectos dessa mesma mente, ou seja, a capacidade do homem pensar e de sentir todo o tipo de emoções. Os neurologistas, fisiologistas, enfim todos aqueles especialistas que estudam o corpo humano e suas funções, argumentam que os pensamentos e as emoções são o resultado de diferentes e complexas conexões nervosas que ocorrem no cérebro. No entanto, fica a dúvida: se é tudo uma questão de conexões nervosas ou descargas elétricas entre células extremamente especializadas, como explicar o espectro de emoções e pensamentos presentes em um único indivíduo? Onde eles estarão localizados? E por que eles nos influenciam tanto e de tantas maneiras possíveis?

Na verdade, ainda não há respostas para essas questões. Existem hipóteses, teorias, estudos, mas não há respostas definitivas. Entretanto, não há dúvidas sobre a existência de todos esses aspectos da mente humana, mesmo que hoje ainda existam muitas questões em aberto. Em outros termos,

A mente é, hoje, até fácil de descrever em seus aspectos mais gerais, mas a

função mental em cada circunstância específica de nossas vidas continua sendo um mistério. Como prever, frente a uma determinada circunstância, se haverá algum cruzamento remoto de informações que nos fará reagir de alguma maneira? Somos surpreendentes, e nisso radica nossa variedade como indivíduos, e também algumas das nossas semelhanças (IZQUIERDO, 2004, p. 7).

Contudo, apesar de sermos surpreendentes, quando se trata de discutir aspectos mais transcendentais da natureza humana, muitos se fecham, não aceitando o debate ou procurando ridicularizá-lo. Por que é tão difícil de acreditar na existência de uma alma imortal que juntamente com o corpo físico constitui esse ser tão complexo chamado homem?

Talvez, a dificuldade esteja no fato de que acreditar em algo tão imponderável possa acabar levando a questionamentos ainda mais profundos, como, por exemplo: para onde vou, ou o que me tornarei, quando meu corpo físico deixar de existir?

E é nesse ponto que a maioria das religiões se pronuncia, pois essas têm respostas (satisfatórias para alguns, irracionais para outros), enquanto a ciência não as tem. Para Wolf, a razão disso seria que

Os cientistas tentam eliminar a idéia de criação e entendem tudo como transformação. Eles querem saber como uma coisa muda em outra. Eles não estão preocupados com a maneira como uma coisa é criada a partir do nada, pois não existe maneira científica de apreender isso. [...] os místicos olham para a criação do ponto de vista do espanto, da reverência e do maravilhamento, e querem ver tudo como criação e nada como transformação (WOLF, 2003, p.74).

Contudo, a questão maior é: de que maneira a crença na existência da alma pode contribuir para dar algum significado à vida humana? Essa é uma questão de fundamental importância quando refletimos sobre a época que estamos vivendo.

Diz Russell:

Os animais são felizes na medida em que têm saúde e comida suficiente. Percebemos que os seres humanos deveriam ser felizes, mas no mundo moderno não o são, pelo menos na grande maioria dos casos. Se você é infeliz, provavelmente estará disposto a admitir que não é uma exceção nesse caso. Se é feliz, pergunte a si mesmo quantos de seus amigos também o são (RUSSELL, 2003, p.11).

Nunca a humanidade esteve tão perdida. Nunca a vida humana valeu tão pouco. Hoje, ao apertar de um botão milhares de seres humanos podem simplesmente desaparecer como se jamais tivessem existido. Hoje a morte física é assistida via satélite por milhares de pessoas em todas as partes do mundo. Em síntese, hoje há uma terrível banalização do sofrimento humano.

Será que se soubéssemos, e realmente acreditássemos, que a vida não termina aqui e agora e que nossas experiências (boas e más) nos acompanharão em toda a nossa caminhada ao longo dos séculos, estaríamos agindo da maneira irracional e impensada como temos agido até hoje? Será que a idéia do homem finito, ou seja, que termina com a morte física, dá a real dimensão do que nossos atos poderão ocasionar?

Ou será que se acreditássemos que nossa vida não acaba com a morte física, mas que continua, buscando sempre o aprendizado e a evolução, isso não nos ajudaria a refletir sobre como estamos trilhando esse caminho chamado vida?

Essas são, realmente, as questões cruciais sobre as quais deveríamos refletir. Sua

discussão nos permitiria compreender que não estamos sós e que nossas ações atingem, de uma maneira ou de outra, a tudo e a todos. Do mesmo modo, saberíamos que em algum momento deveremos estar preparados para prestar contas de nossos atos e, até mesmo, pensamentos. Prestação de contas, no entanto, que não será feita a um Deus inquisidor, vingativo e raivoso, mas a nós mesmos.

Segundo Dethlefsen e Dahlke, “A verdade sempre irrita, não importa por quem seja dita. Ela destrói todas as ilusões com que o nosso Eu vive tentando se salvar. A verdade é dura, cortante e pouco propícia aos devaneios e ao auto-engano moral” (2004, p. 51). Em outras palavras, chegará o momento no qual teremos de nos confrontar com o nosso próprio espelho interior e quando isso ocorrer deveremos estar preparados para tudo aquilo que ele vier a refletir. E, geralmente, a imagem refletida por ele costuma ser mais impiedosa do que qualquer demônio que possamos inventar.

Portanto, a questão não é se essa entidade chamada alma humana já foi vista ou medida, mas se acreditamos nela e, acreditando, o que faremos por ela?

Pois não será o que criamos em nossa mente o resultado do que cultivamos em nosso espírito? Será que uma alma atormentada e dividida não gerará igualmente uma mente perturbada e desequilibrada?

Em tempos tão tumultuados, carecemos de momentos que permitam esse tipo reflexão. Não sabemos ao certo o que é realmente importante e significativo em nossas vidas. Vivemos atrás de objetivos cada vez mais voltados para a conquista de bens materiais. Entretanto, nada nos satisfaz. Acordamos todos os dias nos sentindo incapazes e infelizes. Buscamos a felicidade sempre olhando para fora e acabamos esquecendo de procurá-la onde ela sempre esteve: dentro de nós mesmos. Educamos nossas crianças na crença de que a felicidade está em adquirir, comprar e ter. Deixamos de ensinar a importância de dar e compartilhar. E, finalmente, acabamos nos afastando daquilo que poderia nos dar um mínimo de paz e tranquilidade, ou seja, acreditar sermos parte de algo muito maior e eterno. Algo que jamais será destruído ou violado, mesmo quando o nosso corpo físico deixar de existir.

Buscar caminhos que nos dêem mais tranquilidade e equilíbrio pode, portanto, se tornar uma forma de desenvolver essa tão falada, mas pouco compreendida, espiritualidade. Cultivar pensamentos construtivos, estar em paz e procurar levar a paz aos outros são formas de entender e aceitar o significado mais profundo do conceito de espiritualidade. Afinal, “Nós, apenas nós, somos responsáveis pela soma total da nossa vida física” (KÜBLER-ROSS, 2003, p. 99).

Essa espécie de conhecimento, no entanto, não pode ser medida ou quantificada, a ciência não tem controle sobre ela, assim como nenhuma religião ou grupo social. O homem tem dentro de si todas as perguntas e respostas e a compreensão da real dimensão e abrangência desse conhecimento é que poderá ajudá-lo a refletir sobre suas ações e muitos de seus pensamentos. E será esse conhecimento mais profundo que o fará recuar quando estiver prestes a cometer, por exemplo, um ato de injustiça.

Portanto, quando, nos dias atuais, se fala tanto em ética e valores morais não se pode simplesmente descartar o fato de que, independentemente de religiões, somos seres constituídos de matéria e energia, corpo e espírito. Os dois aspectos existindo simultânea e concomitantemente, nenhum dos dois podendo ser negado ou excluído. Do mesmo modo, a compreensão de fazermos parte de algo muito maior e de não sermos, realmente, finitos, mas eternos, nos permitirá perceber que nada é por acaso, tudo tem a sua razão de ser, mesmo que, naquele momento não possamos entendê-la ou até mesmo

aceitá-la. Assim, para concluir, é importante ressaltar que a espiritualidade pode e deve ser desenvolvida por cada um de nós independentemente de qualquer religião. Essa percepção mudará muitas das nossas prioridades, pois mais importante do que saber defini-la, o essencial é saber vivê-la.

Referências Bibliográficas:

- DAHLKE, Rüdiger e DETHLEFSEN, Thorwald. **A doença como Caminho**: uma visão nova da cura como ponto de mutação em que um mal se deixa transformar em bem. São Paulo: CULTRIX, 2004.
- DALAI LAMA, **O Universo em um Átomo** – o encontro da ciência com a espiritualidade. Rio de Janeiro Ediouro, 2006.
- GOSWAMI, Amit. **A Física da Alma**: a explicação científica para a reencarnação, a imortalidade e experiências quase morte. São Paulo: Aleph, 2005. (Série novo pensamento)
- IZQUIERDO, Ivan. **A Mente Humana**. [On line] Disponível na Internet via www.multiciencia.unicamp.br/art01_3.htm. Arquivo consultado em 21 de setembro de 2006.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **O Túnel e a Luz**: reflexões essenciais sobre a vida e a morte. Campinas, SP: Versus Editora, 2003.
- RUSSEL, Bertrand. **A Conquista da Felicidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- WOLF, Fred Alan. **A Conexão entre a Mente e a Matéria**: uma nova alquimia da ciência e do espírito. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

Margarete J. V. C. Hülsendeger

Professora de Física em escolas particulares de
Porto Alegre/RS e Mestre em Educação em
Ciências e Matemática/PUCRS.

Nélson Rodrigues: o cronista épico do futebol brasileiro

Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Para captar o visual
De um chute a gol
E a emoção
Da idéia quando ginga
Para Mane, para Didi
Para Pagão, para Pelé e Canhoteiro.
Chico Buarque

A epígrafe propicia uma troca de passes entre dois grandes craques da literatura brasileira, apaixonados pelo Fluminense, pela Seleção Brasileira, pelo futebol arte que agrega emoção e tática e tece, de forma esférica, uma das identidades brasileiras — conhecida e reconhecida no mundo.

Os olhos de Nélson — como os de qualquer outro torcedor e apreciador de futebol — percorrem, na hora do jogo, o gramado a observar a coreografia de 22 jogadores correndo pela posse da bola, e a sonoplastia que advém de quem a eles assiste. Protagonistas e coadjuvantes, em êxtase e entusiasmo, gritam, em coro, por cada tabela, por cada escanteio, por cada drible que pode transformar um jogador em herói, nem que seja por um dia, como é o caso de Hélio Cruz, jogador do São Cristóvão, que em 27 de julho de 1958, vive seus noventa minutos de glória ao cravar dois gols no Botafogo, cujo time, pela excelência da equipe, dispensa quaisquer comentários.¹

No pôr-do-sol da partida, depois que a bola rola, o cronista assume seu papel e registra suas impressões sobre a que acaba de presenciar. Seu discurso relata muito além dos fatos ocorridos no gramado, posto que seu objeto de observação não é só a bola ou quem a toca, e também as emoções que emanam de todas as personagens da ópera futebolística, cujas árias são tão conhecidas pelos brasileiros. O pior cego é o que só vê a bola (RODRIGUES, 1993, 104-5): há o ser humano por trás da bola, o cantor da ópera e toda a multidão que fazem parte do evento. "A bola é um reles, um ínfimo, um ridículo detalhe. O que procuramos no futebol é o drama, é a tragédia, é o horror e a compaixão". A tessitura do texto rodrigueano sobre futebol — e de outros de sua linhagem, como Mário Filho e José Lins do Rego — evidencia a preocupação com a linguagem como interação social. Dialógica por natureza, a palavra que constrói, no discurso, o objeto por ela esculpido, caracteriza-se pela pluralidade. O estádio de futebol é um espaço poroso por onde ecoam discursos dissonantes que vêm e analisam o espetáculo sob ângulos diversos. A linguagem do cronista, atravessada por caminhos subjetivos e sociais, é a um só tempo, formal, permeada com muitas citações do seu arquivo cultural; e informal, colhida do vocabulário popular. A sensibilidade de torcedor e o cruzamento, em seu texto, dessas vozes advindas da academia e das esquinas da vida fazem-no enxergar o que não vê, mas o que imagina. Em 1956, o jogo entre Brasil e Argentina, em Montevideu, motiva o escritor de *O beijo no asfalto* (1960) a homenagear o riso espontâneo de Mário Américo, massagista da Seleção, provocado pelo corte que Luizinho dera no adversário: "— nunca o seu riso foi tão largo, nunca o

¹ Todos os exemplos foram extraídos de: RODRIGUES, Nélson. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. Seleção e notas de Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 197p.

seu riso teve, como naquele momento, uma dilatação de parto”. (RODRIGUES, 1993, p. 24).

O futebol, para o autor de *Vestido de Noiva* (1943), é um pretexto — um adorável e estimado pretexto — para palmilhar do universal para o nacional: das paixões que movem o ser humano até a alma do brasileiro. Néelson não se contenta em documentar um jogo, assunta os casos particulares, os sentimentos dos jogadores, da comissão técnica, do juiz, dos bandeirinhas e de outros envolvidos. Contesta o zelo, de acordo com os interesses do cartola, com a integridade física dos jogadores em detrimento da saúde interior, do delicadíssimo equilíbrio emocional dos jogadores. Em relação ao trauma nacional da Copa de 1950, no Maracanã, Rodrigues, (1993, p. 26) em relação ao jogo Brasil X Uruguai, entende que "um Freud seria muito mais eficaz na boca do túnel do que um Flávio Costa, um Zezé Moreira, um Martim Francisco". A crônica, como gênero híbrido, quase vida, quase ficção, permite ao criador da personagem Sobrenatural de Almeida narrar a partida, os lances, notórios ou não, e preencher os silêncios do coração e da mente — tantas vezes imperceptível — com viés subjetivo, que nele é avassalador e grandiloquente. O cronista tricolor posiciona-se contra videoteipe, essa “espécie de lambe-lambe do Passeio Público que retira das pessoas toda a sua grandeza humana e esvazia os fatos de todo o seu patético”. O tira-teima, hoje tão comum, para Néelson abstrai do futebol a espontaneidade, o improvisado, a falha humana; enfim, priva o torcedor tanto dos xingamentos direcionados aos jogadores e, principalmente, ao trio de arbitragem, como das discussões do dia seguinte entabuladas nas Rádios, no trabalho, nas escolas, nos botecos. Irreverente na crônica, como o é no drama, Néelson apresenta, de forma natural, o lado sórdido, mesquinho do esporte mais amado do brasileiro e choca o leitor e o torcedor desavisados que participam do embate no estádio, mas não querem aceitar o lado, tantas vezes agressivo e pornográfico do futebol. "Durante os noventa minutos, tanto os craques em campo como o torcedor nas arquibancadas rugem os palavrões mais resplandcentes do idioma. Dir-se-ia que tanto o público como o craque têm, no berro pornográfico, um estímulo vital, precioso e irresistível". (RODRIGUES, 1993, p.74).

Nelson instiga polêmicas sobre tudo que diz. E o que diz espelha o que ele é, como homem e como intelectual. Suas crônicas decifram o que se passa numa cancha, com a mobilidade de quem preenche lacunas com imaginação e poesia. A agudeza de percepção e a sobrenatural capacidade de previsão suprem a lendária miopia aguda. Em *A realeza de Pelé*, Rodrigues (1993, p. 42) registra a atuação de Pelé e prevê seu longo reinado. "Um rei, não sei do seu peito parecem pender mantos invisíveis. Em suma: — ponham-no em qualquer rancho e a sua majestade dinástica há de ofuscar toda corte em derredor".

Do brasileiro cabisbaixo, imbuído de sentimento de inferioridade, de "complexo de vira-lata" ao brasileiro cheio de si, orgulhoso de sua pátria de craques, principalmente após a conquista do tricampeonato, em 1970, no México, a Seleção Brasileira reflete o homem brasileiro e sua psique. Há poucos brasileiros que não assistem aos jogos da Seleção. O futebol é parte integrante de nossa cultura. O sucesso ou a derrota do time promove a comoção nacional, a pátria em chuteiras harmoniza seus batimentos em compasso com as jogadas de nossos craques e a vitória de nosso escrete, “foi a vitória do homem brasileiro, ele sim, o maior homem do mundo. Hoje o Brasil tem a potencialidade criadora de uma nação de napoleões”. (RODRIGUES, 1993, p. 94).

Qualquer estudo de crônica esportiva hoje, de algum modo, é tributário de Néelson Rodrigues e de seu irmão Mário Filho; quer tomando-os como ponto de

partida, assumindo seu veio humano, literário e psicanalítico; quer rejeitando seus postulados e adotando um estilo de crônica menos literária e mais jornalística. Nelson e seu irmão concedem excelência à crônica esportiva e alargam o espaço físico a ela destinada nos jornais. Surge uma nova sintaxe para o gramado e, conseqüentemente, para narrativa esportiva. Uma sintaxe, cuja ordem é transgredida em prol do que não é observado em campo, pois “de nada adiantará o futebol se o homem não presta. O belo, o comovente, o sensacional, no triunfo de ontem, foi antes de tudo o triunfo do homem.” (RODRIGUES, 1993, p.59). Esse novo olhar abstrai do coletivo, sem prejuízo deste, o momento mágico de cada chute a gol.

O autor de *A vida como ela é*² sabe que o futebol é esporte coletivo em que a organização e a sintonia dos jogadores promove o espetáculo; no entanto, reconhece que o lado lírico do futebol, o verso perfeito é momento singular, individual de um jogador que assume a posse da bola e, com ela, faz malabarismos que arrancam gritos feéricos da multidão, a um só tempo, ensandecida e embevecida.

Garrincha resolveu caprichar no baile, foi um carnaval sublime. A coisa virou show de Grande Otelo. E, então, começou a se ouvir, aqui no Brasil, na Praça da Bandeira, a gargalhada cósmica, tremenda, do público sueco. Cada vez que Garrincha passava por um, o público vinha abaixo. (RODRIGUEZ, 1993, p.54).

Nelson, com instinto sobrenatural, reconhece que determinadas chuteiras e quem as usa são imortais. Alguns jogadores ultrapassam a “condição humana”, ganham aderência mítica, como os heróis das epopéias, e tornam seus feitos obra de arte do futebol mundial. Toda semana, durante anos, as crônicas de Nelson são publicadas sob a rubrica *Meu personagem da semana*. Essa coluna faz escola e continua, de certa forma, no ar com a eleição do craque e do baranga do jogo, realizada após cada partida pelos comentaristas da Rádio Globo. O personagem escolhido semanalmente pelo autor de *O óbvio ululante* (1968) não precisa ser o melhor jogador em campo ou o autor do gol, pode ser alguém colhido pelo cronista num ato que o conduz à instância de herói: alguém que representa a dimensão épica e humana de um jogo de futebol.

Chegou, enfim, o momento de fazer de Carlito Rocha o meu personagem da semana, quer queiram, quer não, ele está atrelado ao fabuloso triunfo alvinegro sobre o Fluminense. E aqui pergunto: — qual teria sido a contribuição carlitiana para o título? Eu próprio respondo: — Carlito ligou o jogo ao sobrenatural, pôs Deus ao lado do Botafogo e mais que isso: — pôs Deus contra o Fluminense. (RODRIGUES, 1993, p.36).

O texto de Nelson é hiperbólico e passional, cunha epítetos que estão, até hoje, associados a traços futebolístico ou individuais de alguns jogadores e que reforçam seu estilo épico: Possesso (Amarildo), Rei do futebol (Pelé), anão de Velásquez (Tostão), João sem medo (João Saldanha), Rei Zulu (Denílson) e tantos outros. Cria também personagens como a "grã-fina de narinas de cadáver" que em pleno Maracanã, insistia em perguntar ao companheiro "quem era a bola"; o ceguinho tricolor, seu alter-ego e o famoso Sobrenatural de Almeida, responsável pelo inexplicável do futebol, que viajou

² Livro organizado por Ruy Castro, *A vida como ela é...* é uma compilação dos melhores contos que Nelson Rodrigues escreveu para sua coluna homônima no jornal *Última Hora*, de 1951 a 1961. A idéia sugerida pelo dono do jornal, Samuel Weiner, era que Nelson criasse uma história fictícia baseada em algum fato real veiculado no jornal do dia. Nelson seguiu as ordens do chefe somente nos dois primeiros dias. A partir daí, passou a inventar completamente as histórias da coluna. RODRIGUES, Nelson. *A vida como ela é..., o homem fiel e outros contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

para a Copa a convite do Além e resolveu reaparecer na revista que, não em vão, invocou seu santo nome. A criatura assume o criador e "escreve" a primeira crônica em Revista Época, p. 99, 12 de jun. 2006. "Chega de anonimato. Tirei meu velho sobretudo preto do armário. Com ele, enfrentarei o calor de derreter catedrais do verão europeu, no Mundial da Alemanha".

O escritor de *À sombra das chuteiras imortais* borda suas crônicas com nomes e apropriações advindas de outros contextos: o da política e, principalmente o da arte. Deles Nelson extrai matéria-prima para suas analogias geniais, tais como João Saldanha é Tartarin; o Brasil é uma nação de napoleões; Garrincha pode fazer dupla com Charles Chaplin; Pelé pode ser Mao Tse-Tung; Amarildo pula das páginas de Dostoiévski para o campo e a vitória do Brasil sobre a Espanha reporta a um quadro de Goya.

Seu discurso prorroga a partida, vai ao encontro do que a maioria das pessoas quer ler depois que a bola pára de rolar, e as luzes do Maracanã apagam-se. Sabe que futebol é arte, e que passa a sê-lo depois que os bretões lançam a bola nos pés mágicos dos brasileiros para quem a bola é o objeto capaz de desfazer diferenças de quaisquer espécies; de espalhar pólen de esperança nos meninos desamparados deste país; de unir inimigos; de motivar abraços e beijos entre homens no gramado e fora dele. As palavras e as bolas aproximam-se de quem as sabe tocar; afinal, futebol e poesia jogam no mesmo time, que confirme Néelson Rodrigues.

A arte, semeada pelo guru do time de Álvaro Chaves em seu discurso — tecido de paixão de torcedor, com a desenvoltura do craque das palavras que marca gol de letra a cada parágrafo —, também tem sido abalada pela violência, o que afugenta muitos torcedores dos estádios no Brasil e no mundo. Notícias, a todo momento, mostram brigas envolvendo torcidas organizadas dentro e fora dos estádios; no gramado, jogadores e técnicos, muitas vezes, não passam um bom exemplo. O clima bélico entrou em campo, mas tem de ser expulso. Todos — jogadores, técnicos, dirigentes de clubes, políticos, torcedores — devem imbuir-se do espírito de conagraçamento, de amizade entre os povos, como nas Olimpíadas, em que os gregos buscavam através dos jogos olímpicos a paz e a harmonia na civilização grega.

O futebol arte, que tanto alumbra a maioria dos brasileiros, há de lançar o primeiro chute a gol em direção à paz.

Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela PUC/RJ,
Mestre em Vernáculos pela UFRJ,
Professora de Português e de Literatura da Universidade da Força Aérea.
Pesquisadora visitante do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira
da Fundação Casa de Rui Barbosa.

PROPAGANDO IDEOLOGIA: CIDADANIA E ENSINO DE GEOGRAFIA¹

Weder David de Freitas

Introdução

A institucionalização da ciência geográfica está intimamente ligada ao fortalecimento do Estado-Nação. Primeiro na Alemanha e depois na França. Ela legitimou de forma concreta, tanto a unificação alemã, como o expansionismo colonial francês (GOMES, 2003; MORAES, 1986; MOREIRA, 1994). Essa Geografia das instituições serviu sistematicamente ao Estado em que se encontrava. Exemplo disso foi a difusão do nacionalismo patriótico para a unificação do Estado germânico (VLACH, 1988).

Com a Geografia Crítica, essa participação dos geógrafos no Estado diminuiu consideravelmente, pelo menos em princípio. Não irei aqui me delongar com respeito a história do pensamento geográfico, o interessante para o entendimento do que quero expor é saber que a Geografia acadêmica já nasce como uma importante arma para o Estado. Daí vem a indagação central que proponho discutir: a ciência geográfica hoje ainda tem uma grande participação na consolidação do Estado-Nação? A resposta a essa pergunta não é tal óbvia.

Para entender isso se deve observar alguns elementos. Em primeiro lugar, o conceito de cidadania, que, apesar do que pensam muitos, tem suas particularidades e está incorporado ao atual sistema social que vivemos, e sua inserção para a consolidação e fortalecimento do nacionalismo e do Estado. Também, será útil definir o que entendo por Estado, sem um aprofundamento conceitual rigoroso, mas nem por isso pouco aplicável.

É bom também desde já, definir a concepção que uso para a ideologia. Numa forma simples de definição, assim com na *Ideologia Alemã* de Marx e Engels, entendo a ideologia como uma falsa consciência, uma inversão da realidade (ENGELS; MARX, 2002). É a partir disso que considero propagar o conceito de cidadania assim como se encontra é, mais do que nunca, uma ideologia.

Por fim, penso que será possível entender como a Geografia, e principalmente o ensino de Geografia, tem uma participação fundamental na consolidação, fortalecimento e manutenção do Estado, já que ela é uma promotora da cidadania enquanto prática social dos seus alunos.

A Geografia e o nacionalismo patriótico

Não se pode negar que historicamente, a ciência geográfica serviu como uma luva para os governantes dos vários Estados-Nações. As obras e idéias de vários autores foram utilizadas como arma de dominação e de fortalecimento dentro do próprio Estado e também como conquista a outros. Ratzel, por exemplo, foi aproveitado pelos

¹ Esse artigo tem como base o texto: Elementos para a discussão da cidadania no ensino de Geografia apresentado no VI Encontro de Ensino de Geografia: Fala Professor, realizado no período de 23 a 27 de julho de 2007, na cidade de Uberlândia – MG

governantes alemães como uma forma de unificação do território e La Blache utilizado na França para legitimar o expansionismo colonialista na África².

O Estado sempre se apropriou deste conhecimento em favor de si para fortalecer-se. Assim, como coloca Lacoste (1993), há existência de duas Geografias: uma fundamental, o conhecimento do território, um saber estratégico e político e; uma Geografia dos professores, descritiva, que não se interessa pelas questões políticas. O saber essencial foi utilizado pelos Estados-Nações para proteger e colonizar outros Estados. A Geografia dos professores não foi menos importante para a consolidação dessa ação estratégica. Pois, é através da descrição do território, do engrandecimento dos recursos naturais, etc. que se cria uma identidade e um apego nacionalista. O ensino de Geografia e seus argumentos pesam muito nesse processo, “[...] a idéia nacional tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado e suas fronteiras, sua capital, são símbolos da nação” (LACOSTE, 1995, p. 57).

Na Alemanha, por exemplo, a institucionalização da ciência e sua obrigatoriedade no ensino foi bastante importante para a unificação do país. O nacionalismo patriótico, como coloca Vlach (2005), passado pela ciência geográfica está intimamente ligado a uma questão política unificadora.

No caso do ensino de geografia, é preciso lembrar sua gênese, diretamente ligada à formação e consolidação do Estado-Nação e à descrição e mapeamento de cada território nacional, quando se enfatizava a imagem da pátria, para que o cidadão a servisse sobretudo nos campos de batalha. (p. 34)

Esse nacionalismo não foi gratuito, estava por trás uma busca de uma hegemonia. Uma hegemonia burguesa de dominação do Estado-Nação e, por conseguinte uma dominação de classe. “Uma das bases primordiais dessa hegemonia cultural e política da burguesia foi a ideologia nacional, a idéia da unicidade nacional de independência nacional.” (LACOSTE, 1995, p. 48)

Qual o melhor lugar para se propagar essa ideologia que na escola? Depois da revolução francesa e a obrigatoriedade do ensino primário (1881), a escola se torna a instituição que melhor difunde o patriotismo nacional, pois é lá que se aprende a língua, que se conhece as fronteiras e que os símbolos nacionais como a bandeira e o hino são apresentados. No contexto geral, toda escola e o sistema de ensino tem grande participação para a formação de cada indivíduo preocupado com o Estado. Mas duas ciências: a História e a Geografia têm um papel singular. A primeira tem/tinha como função vangloriar os heróis nacionais e a segunda a função de conhecimento do território e dos símbolos da nação.

Percebe-se que a Geografia sempre esteve ligado diretamente ao Estado. Seja como um saber estratégico de uso militar ou como um saber “desinteressado” que no seu cerne tem como função máxima elevar o nacionalismo patriótico.

Dessa maneira, esse é um quadro que se apresentava na formação e consolidação da Geografia enquanto ciência. No entanto, depois da metade do século XX há uma reformulação da ciência geográfica com o advento da Geografia Crítica. Entretanto, essa ciência não serve mais ao Estado? O papel dela mudou? Tentaremos responder, ou ao menos refletir sobre essas questões e para isso temos que nos ater a um conceito fundamental, o de cidadania.

² Não vamos entrar aqui na polêmica: Determinismo (Ratzel) X Possibilismo (La Blache). Polêmica imposta por FEBVRE (1955). Também entendemos que já está superada essa contradição, para isso basta ver as obras de autores como CARVALHO (1997) e HAESBART (1999).

O conceito de cidadania e seus equívocos

A discussão do conceito de cidadania é importante para entendermos a função da Geografia hoje. Por isso temos que entender qual o seu significado e alguns de seus equívocos. Tentarei aqui expor rapidamente um pouco sobre a face oculta da cidadania e assim argumentar qual é a relação atual dela com a Geografia e mais precisamente com o ensino de Geografia.

Ser cidadão é grosso modo aquele que exerce seus direitos e cumpre com seus deveres. Os direitos podem ser divididos em: civis referentes a liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de religião, entre outros; o direito político é aquele de votar e ser votado, e também; o direito social, aquele de acesso a educação, a saúde a habitação. Já os deveres são aqueles para com o Estado e os outros cidadãos; ou seja, pagar seus impostos, não depredar os espaços públicos e respeitar o espaço das outras pessoas.

Ser cidadão então é se relacionar com o Estado e mais precisamente aceitar as imposições deste ente. Pois só assim se tem uma cidadania ativa, como salienta Manzini-Couvre,

Não pode haver cidadania se não houver salário condigno para a grande maioria da população. O trabalhador, enquanto mercadoria, deve lutar para obter certa equivalência na troca estabelecida com o capitalismo e o Estado. É preciso que ele tenha acesso aos bens que completam sua vida (habitação, saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais. Mas, antes, é necessário que os trabalhadores tenham direito, e que existam mínimas condições democráticas para reivindicar o seu direito de ser cidadão e de enquanto tal, poder batalhar, por quaisquer direitos. (1991, p. 37)

Nesse caso, a cidadania é uma arma reivindicatória do indivíduo para com o Estado. Ou seja, uma cidadania ativa é uma relação constante com o ente governante que lhe proporciona todos os direitos e em contrapartida exige que você cumpra todos seus deveres. Essa relação se dá em um nível, ou em apenas uma camada da sociedade. Explorarei mais essa idéia adiante.

Hoje, a cidadania é um elemento essencial de análise. Muitos autores a defendem como a única forma de intervenção social. Seria a partir dela que se vislumbriaria uma reformulação social. Assim para entender e intervir em determinados espaços somente uma conscientização do indivíduo e a sua prática como cidadão ativo da sociedade. É o que propõe Cavalcanti, que engloba o ensino de Geografia e a prática da cidadania ativa para entender a cidade.

A prática da cidadania inclui a competência para se fazer a leitura da cidade. Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercer o direito a criar seu direito à cidade é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade. A idéia de cidadania ativa esta ligada ao pensamento crítico sobre os tipos de direitos mais convencionais ao pensamento que busca a incorporação de direitos ligados mais a grupos humanos que indivíduos (CAVALCANTI, 2001, p. 23)

No entanto, esse conceito que parece à primeira vista tão prático e revolucionário, é na verdade limitado. Primeiro por que ele é um conceito que se relaciona com Estado, e como salienta Viana (2003, p. 13) “O estado é a principal forma de regularização das relações sociais nas sociedades de classes. Para a compreensão de uma sociedade concreta é necessário analisar tal instituição.” Além de ser regularizador das relações sociais o Estado também representa uma classe, que não é a maioria da população. A classe que o controla é uma minoria, mas que controla os meios de

produção e, por conseguinte dominam as relações de produção. Portanto, o Estado na sua forma atual é burguês e as relações que os indivíduos possuem com esse ente se dão na forma de privilegiar essa classe.

O indivíduo cidadão é aquele que se relaciona com o Estado, e o Estado representa uma determinada classe da sociedade. Então, podemos ver algumas contradições nessa atuação do cidadão na sociedade, pois, somente uma parcela da população tem uma plena relação com essa instituição. Por isso, somente uma pequena parte da população pode exercer os seus direitos, assim todos têm que cumprir com seus deveres.

Concordamos com Viana quando coloca,

O cidadão é um ser abstrato criado pelo direito. Se a lei diz que “todos os homens são iguais perante a lei”, a realidade diz: “os seres humanos são desiguais perante a sociedade”, devido à divisão social do trabalho. A desigualdade real existente entre os homens é substituída por uma fictícia igualdade “perante a sociedade”. (2003, p. 68)

Para esclarecer melhor, é só observarmos quem realmente exerce os direitos do cidadão. Primeiro o direito civil: quem é livre para ir e vir e possui liberdade? Podemos garantir que não é o trabalhador, que o único direito que possui é de ir ao trabalho e servir ao patrão, que cerceia sua liberdade e impõe as condições do mercado. Segundo, o direito político: todos realmente podem se candidatar a um cargo público? Para qualquer pessoa se candidatar tem que se enquadrar em diretrizes de determinados partidos e os partidos tem que atender a legislação do Estado, ou seja, somente as pessoas que aceitam essa realidade podem futuramente ser um “representante” do povo. Por último os direitos sociais: quais são as pessoas que possuem direito a educação, saúde e habitação? São aqueles que podem pagar por eles, ou seja, um pequeno grupo social. Porém, todos nós temos o dever para com o Estado, principalmente de pagar os impostos. Conclui-se, portanto, que não há cidadania para todos.

Mesmo com essa limitação a cidadania é o termo que mais está na moda. Todos os segmentos a defendem com igual força, desde órgãos públicos, dos movimentos sociais contemporâneos até a grande imprensa e a escola. Mas a grande difusão desse conceito parte da educação e, principalmente, de algumas disciplinas ensinadas na escola, como a Geografia.

A nova/velha função da Geografia: servir ao Estado

Como já vimos, historicamente, a Geografia tem uma relação estreita com o Estado. No entanto, essa relação muda com o passar do tempo. Aqueles argumentos que legitimaram a unificação alemã e justificaram o expansionismo francês foram veementemente criticados. Mas toda essa crítica pôs fim a uma relação de servidão da ciência geográfica com relação ao Estado? Alguns autores chegam a afirmar que a Geografia escolar já não é tão necessária ao Estado quando fora na difusão do nacionalismo patriótico anteriormente. Temos até uma diminuição da carga horária dessa disciplina na França, como expõe Lacoste (1995, p. 46) “Com a crise das disciplinas de história e Geografia na década de 1970 o poder público francês reduz a carga horária dessas disciplinas, pois, para o poder o ensino de história e Geografia não serve mais para nada”.

Acreditamos que hoje o papel da ciência geográfica mudou profundamente. Porém a sua relação com o Estado ainda continua pouco alterada. O saber estratégico de conhecimento do território e dos recursos naturais e a interpretação do espaço para o

planejamento modificou-se pouco ou quase nada. A mudança mais significativa que entendemos é epistemológica. Também, no ensino, aquela visão de descrição e apologia do Estado-Nação hoje é em parte superada.

A função cada vez mais da Geografia escolar é formar o cidadão. É o que coloca Vlach (2005), quando se refere a uma sociedade mundial e o papel da Geografia. “Nesse sentido, o papel do ensino de Geografia, principalmente nos níveis médio, é o articular o local, o regional, o nacional e o mundial, para formar um cidadão ativo, local e mundialmente, apto a enfrentar os desafios atuais” (p. 35).

Também Cavalcanti, ao abordar o ensino da cidade, nos coloca que, “A escola é uma instância de formação da cidadania. A escola através do ensino de Geografia, pode ser um lugar de encontro e confronto entre as diferentes forma de concepção e prática da cidade”. (2001, p. 23)

Como podemos notar há certa difusão para que a Geografia seja uma disciplina escolar preocupada com a cidadania, pois é através dela que se poderá reformar a sociedade. Dizer isso é colocar a culpa no indivíduo – e principalmente naquele que não exerce a cidadania, não porque não queira, mas porque não é permitido – pelas mazelas da sociedade, o que é um equívoco.

Mas essa é uma difusão da cidadania enquanto categoria de análise que está profundamente ligada as políticas adotadas pelo Estado, como se pode observar pela Política Nacional do Livro Didático – PNLD. Em que, no seu guia de livro didático esclarece ao professor que ao adotar o seu livro leve em consideração:

Ao fazer sua escolha, é importante estar atento para que a coleção possa auxiliar o aluno na obtenção de conhecimento geográfico que:

- propicie o entendimento das relações sociedade e natureza, de suas dinâmicas e processos;
- possibilite o estabelecimento de relações entre o que acontece no seu cotidiano e os fenômenos estudados, considerando os conceitos básicos da Geografia e as linguagens que lhe são próprias;
- contribua para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que favoreçam a construção da **cidadania**, por meio do estímulo à compreensão e à aceitação da diversidade cultural e étnica. (PNLD, 2007, p. 09 – destaque meu)

Como salientamos anteriormente ser cidadão é se relacionar com o Estado e aceitar suas normas. Por isso, difundir essa cidadania e servir a ele. A Geografia como disciplina que se preocupa com a organização da sociedade no espaço deve discutir mais profundamente esse conceito.

Percebemos que mudou o foco, mas não a essência. A Geografia continua servir ao Estado ao propagar a cidadania enquanto conceito reformista burguês. Muda-se a conjuntura, muda-se a lógica, mas a essência, para trazer uma categoria marxista, continua igual.

Conclusão

Cidadania e Geografia são termos que estão bem próximos. A Geografia enquanto disciplina escolar difunde a cidadania, mas ser cidadão atualmente é se relacionar com o Estado e esse é um regulador das relações sociais que representa uma classe. Ou seja, quando a ciência geográfica defender a cidadania, está ao mesmo tempo defendendo o Estado enquanto agente capaz de reformular a sociedade. O que é falacioso e incoerente.

Essa ainda é uma discussão que deve ser aprofundada e não é a intenção esgotá-

la aqui. É apenas mais uma contribuição para o debate, que pensamos ser ainda intenso dentro e fora da Geografia.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: Geografia**. Brasília : MEC, 2007.
- CAVALCANTI, Lana (org). **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CARVALHO, Marcos Bernardino de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 25, 23 de abril de 1997.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.
- FEBVRE, Lucian. La Tierra y la evolucion humana: introducion geografica a la historia. Tradução à edição espanhola. Luis Pericot Garcia. México: Union tipográfica editorial histano americana, 1955.
- HAESBAERT, Rogério. Nossos clássicos: Paul Vidal De La Blache. **Revista Geographia: Niterói**, ano 1, n. 1, 1999.
- LACOSTE, Yves. Liquidar a Geografia... liquidar a idéia nacional? In: VESSENTINI, José William (org.) **Geografia e ensino: textos críticos**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.
- _____. **A Geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. 3. ed. Campinas-SP: Papirus, 1993
- MANZINI-COUVRE. Maria de Lurdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica**. 5. ed. São Paulo Hucitec, 1986
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VLACH, Vânia Rubia Farias. Entre a idéia de território e a lógica da rede: desafios para o ensino de Geografia. **Revista Terra livre: Goiânia**, ano 21, v. 1, n. 24, p. 29-41, jan-jul/2005.
- VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

Weder David de Freitas

Geógrafo.

Mestrando em Geografia - UFPR.

wederfreitas@yahoo.com.br

A VOZ DOS TRABALHADORES PRECOSES: ENTREVISTA E GRUPOS SILENCIADOS¹

Nildo Viana

O presente texto nasceu da necessidade de compreender contradições encontradas no discurso de pessoas entrevistadas, bem como determinadas formas de reação destas. Neste sentido, iremos analisar o processo de entrevista quando envolve grupos sociais oprimidos, partindo do caso dos trabalhadores precoces², supondo que a partir deste caso se pode generalizar as conclusões para todos os grupos sociais oprimidos.

Partimos do seguinte princípio metodológico: uma entrevista não é um “dado” e sim um *processo*, um processo constituído pela relação entrevistador/entrevistado e pela posição e formação de ambos. A partir deste princípio metodológico e de uma discussão teórica sobre o processo de entrevista com grupos sociais oprimidos iremos analisar o caso dos trabalhadores precoces que, segundo nosso ponto de vista, tal como já colocamos, serve de paradigma para compreender o problema da entrevista com grupos sociais oprimidos.

As entrevistas que forneceram o material informativo que utilizaremos para discutir a questão do processo de entrevista com grupos sociais oprimidos se referem à problemática do trabalho de menores de idade, onde se buscava descobrir a visão do trabalho por parte dos trabalhadores precoces.

O que os trabalhadores precoces pensam do seu trabalho? Como eles se sentem desenvolvendo atividades remuneradas? Por qual motivo ingressam no mercado de trabalho? Qual é a relação entre trabalho e estudo em sua percepção? Estas são algumas questões que encontramos quando tratamos da questão do trabalho precoce. Entrevistamos vinte e cinco trabalhadores precoces visando ver como eles respondiam algumas destas questões. Porém, esbarramos novamente em um problema metodológico da entrevista, do qual trataremos a seguir.

Trabalhador Precoce: o Outro do Outro

Como colocamos anteriormente, a força de trabalho precoce se encontra numa situação de fragilidade diante do capital e os indivíduos menores de dezoito anos possuem uma autonomia menor diante da sociedade. Outros segmentos da força de trabalho e da sociedade também se encontram em situação análoga mas nenhuma com tão poucos recursos para resistir.

Porém, isto tem implicações mais profundas, pois o grupo social composto por indivíduos menores de dezoito anos não consegue, tal como outros grupos sociais oprimidos, manifestar sua voz, seus desejos, etc. Trata-se de um “grupo silenciado”. Edwin Ardner elaborou a teoria dos grupos silenciados para explicar o fato da existência de grupos sociais que não conseguem se manifestar e apresentar seu próprio discurso, e nas raras vezes que o consegue é utilizando a linguagem dominante, ou seja, ainda fica sob o efeito da dominação³. Os grupos sociais silenciados são envolvidos pela

¹ O presente texto é uma parte de nossa Dissertação de Mestrado *Inspeção do Trabalho e Trabalho Precoce*, com ligeiras alterações formais.

² Por trabalhadores precoces compreendemos os trabalhadores menores de dezoito anos.

³ Apud. MOORE, Henrietta. *Antropologia Y Feminismo*. Madrid, Ediciones Cátedra, 1991.

cosmovisão, pela ideologia e pela linguagem dominantes e quando manifesta sua voz não consegue se livrar do discurso dominante.

Isto traz um sério problema para a técnica da entrevista. O que o entrevistado geralmente fornece é sua “opinião” e esta geralmente está em concordância com o discurso dominante. Tal como colocaram Erich Fromm e Michael Maccoby: “uma opinião por si mesma nada mais é que a aceitação de um padrão de pensamento compartilhado pela sociedade em geral ou por determinado grupo (...). Foi admitido [em sua pesquisa sobre o camponês] que só as opiniões arraigadas na estrutura do caráter de uma pessoa — se forem, pode-se dizer, ‘opiniões entranhadas’ — constituem motivações possantes para agir. No caso duma opinião com raízes na estrutura do caráter, deve-se falar de uma convicção, ao invés de uma opinião. Convicções de raízes profundas são, com efeito, as motivações mais pujantes para ação desde que as possibilidades para esta tenha surgido (isso se aplica a qualquer gênero de convicção, que seja racional ou irracional, boa ou má, certa ou errada)”⁴.

Os trabalhadores precoces quando emitem suas *opiniões* se comportam como “o Outro” gostaria de vê-los se comportando. Quem é este outro? O adulto. Parafraseando Simone de Beauvoir, o jovem determina-se e diferencia-se em relação ao adulto e não este em relação aquele. Segundo esta mesma autora, retomando Hegel, o sujeito só se afirma negando outro sujeito, transformando-o em “objeto”. Desta forma, para um grupo social se tornar “o outro” de outro grupo social é preciso que ele aceite isso e deixe de se considerar sujeito. Não é isto que ocorre na relação de diversos grupos sociais, mas é, segundo Beauvoir, o que ocorre com a mulher. Segundo ela, “nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro que define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio”⁵.

Isto também ocorre com indivíduos menores de dezoito anos (crianças, adolescentes, jovens, ou qualquer outro nome que se lhe dê), pois eles são definidos como o Outro dos adultos e aceitam este “ponto de vista alheio”. É por isso que podemos dizer que as mulheres e os “menores de idade” são grupos silenciados e são silenciados por que são oprimidos⁶.

Isto então quer dizer que o processo de entrevista com trabalhadores precoces é inútil, porquanto não ouvimos sua voz? Não, mas significa que o processo de análise da entrevista é bem mais complexo e difícil do que parece à primeira vista. Isto deriva do princípio metodológico anteriormente colocado segundo o qual os “dados” obtidos pela entrevista não são “coisas” ou “objetos”. É por isso que, tal como colocaram Fromm e Maccoby, “a pesquisa social tem sido restringida sobretudo por métodos que fornecem dados a respeito do comportamento, tais como opiniões e atitudes conscientes”⁷.

Ainda segundo estes autores, “no questionário convencional, as respostas são tomadas como matéria-prima ou codificadas segundo categorias de comportamento e a tarefa consiste em analisá-las estatisticamente, seja simplesmente em termos de

⁴ FROMM, Erich & MACCOBY, Michael. *Caráter Social de uma Aldeia. Um Estudo Sociopsicanalítico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 45.

⁵ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, p. 16.

⁶ “As mulheres e as crianças são mencionadas simultaneamente (‘mulheres e crianças, para trás’). O vínculo especial que as mulheres têm com as crianças é reconhecido por todos. Contudo, proponho que a natureza desse vínculo não passa de uma opressão compartilhada” (FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo*. Rio de Janeiro, Labor do Brasil, 1976, p. 87).

⁷ FROMM, Erich & MACCOBY, Michael. Ob. cit., p. 43.

frequência de cada uma delas, ou numa forma mais requintada, por meio de análise fatorial, que revela grupos de respostas encontradas juntas com frequência significante”⁸.

A diferença entre esta concepção e a de Fromm e Maccoby se encontra na interpretação das respostas, que, no último caso, busca não somente o “dito” mas “seu significado inconsciente e não-premeditado”. É a partir desta perspectiva que iremos analisar as entrevistas realizadas com os trabalhadores precoces, buscando ouvir sua voz por detrás do seu silêncio.

Trabalhadores Precoces e o Significado do Trabalho

Os trabalhadores precoces entrevistados, em sua maioria, afirmaram que trabalham por necessidade, ou seja, para garantir sua sobrevivência e ajudar a família. Uma grande parte afirmou que os pais começaram a trabalhar bastante jovens. Porém, o processo de entrevista apresenta uma dificuldade: a relação entre entrevistador e entrevistado assume a forma de uma relação entre adulto e criança/adolescente. Devido a isto o entrevistado não responde, na maioria dos casos, tal como pensa e sim de acordo com a sua suposta expectativa do outro. Em outras palavras, o entrevistado responde as questões de acordo com a expectativa do entrevistador embora, em muitos casos, esta expectativa seja uma atribuição do entrevistado ao entrevistador e não uma expectativa existente de fato. Cria-se, assim, *uma atribuição de expectativa ao entrevistador*.

No nosso caso isto acabou ocorrendo. Mas como surge *a expectativa atribuída ao entrevistador*? O trabalhador precoce, retomando o que anteriormente colocamos, se define pela definição do outro (sendo que este é o adulto). Isto ocorre com o processo de socialização, no qual a criança vai criar a figura do adulto como “outro generalizado”, segundo expressão de George H. Mead. Segundo este autor, “é sob a forma do outro-generalizado que o processo social afeta o comportamento dos indivíduos nisso comprometidos ou que o realizam, isto é, que a comunidade exerce um controle sobre a conduta de seus membros. É dessa maneira, com efeito, que o processo social ou a comunidade se tornam um fator determinante do pensamento do indivíduo”⁹.

O entrevistador é identificado com o grupo dos adultos e por isso as respostas são condicionadas pela expectativa atribuída pelo trabalhador precoce. Qual é a expectativa atribuída pelo trabalhador precoce ao entrevistador no caso de pergunta sobre o trabalho? É a de que o entrevistador tenha a mesma concepção que os demais adultos. Na maioria das entrevistas os pais, segundo os trabalhadores precoces entrevistados, apoiam o fato do filho/filha trabalhar. Nestes casos, os trabalhadores também dizem gostar de seu trabalho, com raras exceções. Aqui nos interessa muito mais as exceções do que a regra, pois são nos casos extraordinários que a *resposta*

⁸ FROMM, Erich & MACCOBY, Michael. Ob. cit., p. 46.

⁹ MEAD, George H. *O Jogo Livre (Folguedo), o Jogo Regulamentado e o “Outro Generalizado”*. In: BIRBAUN, P. & CHAZEL, F. (orgs.). *Teoria Sociológica*. São Paulo, Hucitec, 1977, p. 27. Sobre o “outro generalizado” no processo de socialização, veja-se também: BERGER, Peter & LUHMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. 7^a edição, Petrópolis, Vozes, 1987. Esta situação é análoga a que o psicanalista Rollo May observa na prática psicológica, a ingenuidade do pesquisador diante do pesquisado, principalmente o de orientação behaviorista. Ele coloca isto através de uma parábola, na qual um psicólogo se encontra diante de São Pedro na porta do Céu e é criticado por este devido sua esquematização grosseira e se defende ao afirmar que pensa estar deixando “o homem falar por si próprio” e julga estar correto pelo motivo de que “todos os sujeitos participaram de boa vontade nas experiências”. Rollo May coloca o seguinte posicionamento de São Pedro: “o animal humano tem uma grande capacidade para fingir que é ludibriado e não deixar sequer aperceber-se de que está fingindo. Mas era *você* que eu tinha em melhor conceito...” (MAY, Rollo. *Psicologia e Dilema Humano*. 3^a edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 14).

condicionada pela expectativa atribuída ao entrevistador é superada e ao invés da opinião temos a convicção.

Tomemos dois exemplos. O primeiro exemplo nos mostra um trabalhador precoce que diz que acha seu trabalho “excelente” e no decorrer da entrevista acaba demonstrando o contrário:

- *O que você acha do seu trabalho?*
- *Excelente.*
- *O que você mais gosta no seu trabalho?*
- *O que eu mais gosto? Da hora do almoço.*
- *Por quê você gosta da hora do almoço?*
- *Porque eu tenho duas horas para almoçar, ué!*
- *Por causa do tempo livre?*
- *É.*
- *O que você menos gosta em seu trabalho?*
- *Trabalhar.*
- *Por quê?*
- *É muito cansativo.*
- *Você abandonaria seu trabalho se pudesse?*
- *Com certeza (Paulo, 17 anos).*

Aí vemos uma contradição visível e que seria incompreensível sem a percepção da resposta condicionada pela expectativa atribuída ao entrevistador e a visão de que essa expectativa é a de que o entrevistador compartilhe a mesma visão do trabalho que os demais adultos com os quais o entrevistado convive.

O outro exemplo nos permite ver a percepção da alienação por uma trabalhadora precoce. Ela responde da seguinte maneira à pergunta sobre o que acha de seu trabalho:

“Eu gosto, mas não sinto bem. Não me sinto muito bem, sabe? Eu sinto assim algo estranho, como se tivesse algo me prendendo, fazendo coisa que não gosto. Mas eu não quero sair [do emprego] para não ver os outros falando de mim” (Vausciley, 15 anos).

Esta trabalhadora precoce afirma que trabalha porque precisa e para ajudar a família. Ganha um salário mínimo e não tem carteira assinada. Os seus pais começaram a trabalhar desde cedo e todos em sua família trabalham. Os seus familiares gostam do fato dela trabalhar, “dão dez” e quando ela não está empregada é criticada. Ela diz que é “forçada” a trabalhar. Ela também afirma que o trabalho dificulta seu desempenho na escola e que melhora seu rendimento escolar quando não está trabalhando. Disse também que abandonaria o emprego, sem a menor dúvida, para se dedicar aos estudos. Por fim, coloca em evidência os danos psíquicos que o trabalho alienado provoca em uma jovem de 15 anos:

“Eu passei por psicóloga. A médica me deu encaminhamento para a psicóloga” (Vausciley, 15 anos).

Vemos neste caso novamente a contradição: “eu gosto, mas não me sinto bem” e a consciência dos efeitos do trabalho sobre sua vida (desempenho prejudicado na escola, problemas psíquicos). Mas como explicar o “eu gosto” (mesmo que logo acompanhado pelas outras afirmações que demonstram que na verdade não gosta)? O eu gosto é uma

resposta condicionada, pois a entrevistada considerava que o entrevistador, sendo adulto, compartilhava a opinião de sua família — e certamente da psicóloga — sobre a necessidade de se “adaptar” ao trabalho.

A grande maioria dos entrevistados reproduzem o discurso da classe dominante e dos seus pais sobre o seu trabalho:

*“É melhor trabalhar do que ficar na rua. Na rua a gente pode aprender coisa errada. Tem muita marginalidade na rua. Então é melhor trabalhar prá não ficar na rua. A gente aprende [no trabalho] a coisa certa, gasta o tempo aprendendo coisa boa e não coisa ruim”
(Fernando, 12 anos).*

Neste sentido, observamos que os trabalhadores precoces, na maioria dos casos, reproduzem o que o mundo dos adultos circundante pensa a respeito do trabalho. Raras são as exceções e quando elas ocorrem é de forma contraditória.

Desta forma, observamos que os grupos socialmente oprimidos também são oprimidos e silenciados no processo de entrevista, independente da intenção do entrevistador. Disto resulta a necessidade de repensar o processo de entrevista e de buscar realizar análises mais complexas, visando superar a ilusão com a mera opinião e também a idéia de que as entrevistas são “dados”.

Nildo Viana

Sociólogo.

Mestre em Sociologia/UnB

Doutor em Sociologia / UnB

Professor da UFG

O real horroroso da América

Caroline Machado dos Santos

Mais que estradas, desertos, montanhas, planícies e uma legião de viajantes aventureiros a explorar-lhes, o lado oeste de nosso continente nos mostra uma vasta fauna de problemas sociais e uma imaginativa flora de explicações. Explicações essas que vão desde uma corrida atrás no tempo em busca dos nativos pré-colombianos para demonstrar o “atraso” de nações inteiras, até as políticas dos atuais governos socialistas. Alguns culpam os espanhóis, outros culpam os governos neoliberais, o imperialismo e o capitalismo. E a América Latina parece tornar-se uma bomba que não se desarma, mas também não explode, sendo jogada de mãos em mãos até que alguém dê um “jeito” nela.

- O que? Conflitos políticos na América Latina? – ironizava-me uma chilena ao contar-lhe das estradas bloqueadas que me impediram de seguir viagem na Bolívia – Você só pode estar brincando, que raridade acontecer isso por aqui!

Passeata, militância e muito barulho pelas ruas de Tucumán, norte da Argentina, que presenciei enquanto caminhava ao encontro de uma amiga. Já em um restaurante, ela me contava: “Ah! É bem comum ver isso por aqui. Não sei qual é o motivo do protesto de hoje, mas você sabe que a Argentina tem muitos problemas...”. E citações: faltam empregos, a educação pública não funciona, a saúde tampouco, a distribuição de renda é injusta e assim vai.

Olhando por este lado e citando somente esses acontecimentos, milhões de quilômetros quadrados junto aos seus milhões de habitantes parecem realmente uma bomba que os países mais ricos do Ocidente observam com ar de superioridade. Mas essa terra não é só de problemas, e fora os problemas, é bem mais que uma grande estação de turismo barato. É uma terra de nuances, que mesmo sendo sufocada ao longo de tantos anos por um processo de “europeização” de sua cultura, economia e organização social, ainda possui seu leque de cores próprias, únicas, cores fortes e rebeldes, que desafiam, sutil ou abertamente, a força e arrogância dos “hermanos” maiores do Primeiro Mundo.

Primeiro e Terceiro Mundo, aí estão duas expressões que me foram motivo de muitas reflexões durante os meses em que viajei por Bolívia, Chile, Argentina e Paraguai. Tendo em conta que a minha primeira experiência no exterior foi um semestre vivido na Itália, ter conhecido a Bolívia em seguida foi um choque de contrastes. Lembro-me que ao voltar ao Brasil depois da temporada vivida na Europa, me disseram com certo pesar que “deveria ser difícil voltar a viver em um país de Terceiro Mundo depois de ter vivido em um de Primeiro.”. Pois muito pelo contrário. Ao meu ver, essa distância existente entre o nosso “terceiro” mundo e o “primeiro” mundo deles são só quantitativas (além das geográficas é claro). Percebendo primeiramente que, as diferenças existentes não são desigualdades que possam ser medidas através de estatísticas que geram um grande ranking dos melhores e piores do mundo, e segundo que, o modelo de desenvolvimento proposto pelos primeiros do ranking torna a igualdade uma característica insustentável e assim sendo, anula o pressuposto de que os países subdesenvolvidos não alcançam aqueles desenvolvidos por incompetência de governos e sociedades civis inteiras.

O que eu coloco em questão agora é justamente por que é que os países latinos devem alcançar esse desenvolvimento se lhe exige uma total perda de identidade, lhe exige desconsiderar todas as diversidades étnicas, todo os seus modos de vida, todas as suas cores, pra abraçar a bandeira dos indicadores econômicos e sociais favoráveis.

“Esse país está cada vez mais parecido com o meu próprio país”, me dizia um senhor suíço ao presenciar as mudanças do Chile ao longo de 13 anos, desde a última vez que ali estivera. “Isso me deixa triste, porque para mim o que há de mais belo nesse mundo é sua capacidade de ser diverso.”.

A colonização, de fato, nunca acabou. O que me leva a crer que é mais do que hora dessa América amadurecer, soltar suas amarras e pensar em uma maneira própria de solucionar seus problemas e injustiças. Europeus ou estadunidenses nós nunca seremos, e tentar imita-los cegamente pode até melhorar taxas, índices e serviços (o que eu não acredito piamente), mas irá levar consigo nosso modo de vida, nossa cultura e organização social a um estado sempre “sub-europeu”.

Não é isso o que eu quero para as próximas décadas e não encontraria prazer algum em encontrar as cidades bolivianas mais parecidas com Milão, Miami, Nova York ou Londres se voltar ali 50 anos depois. Nem mesmo gostaria de ver tantas crianças pelas ruas pedindo esmolas. Mas sim que o povo boliviano, trabalhassem eles próprios para o que consideram melhor para si mesmos, assim como os brasileiros, os paraguaios, os argentinos, os chilenos. Resta então aqui o meu protesto e um trecho de Eduardo Galeano:

“Desamarrar as vozes, dessonhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e descubro o real maravilhoso no exato centro do real horroroso da América.”.

BIBLIOGRAFIA

GALEANO, Eduardo. *Celebração das contradições 2*. Em: O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2006.

Caroline Machado dos Santos
Estudante Ciências Sociais da UFG